

AS TEORIAS DA ONTOLOGIA



NCOR-BR, 2020

O presente material e quaisquer outros recursos que o acompanhem foi produzido pela NCOR-BR para distribuição gratuita e disseminação do tema, sem fins lucrativos.

This work is licensed under



[Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License.](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Este trabalho está licenciado sob



[Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Sumário

Ontologias têm mais de uma teoria	4
Um único problema, várias explicações.....	5
A teoria do realismo	7
As teorias do nominalismo	9
A teoria do conceitualismo	11
Referências	13

Ontologias têm mais de uma teoria

As primeiras teorias da ontologia, de origem aristotélica, fazem uso de universais e particulares (vide Caderno 3) não são consensualmente aceitas. Ao longo dos séculos, teorias concorrentes foram desenvolvidas para explicar questões do problema genérico que ficou conhecido como “Problema dos Universais”. No âmbito desse problema, a distinção universal-particular conduz a controvérsia no âmbito de correntes metafísicas variadas.

Qual a importância dessa controvérsia teórica? Ela importante porque vai definir a forma como ocorre o processo de categorizar entidades. Ao contrário do que se podem pensar, a categorização é algo muito ligado ao dia a dia e à problemas no mundo real. As pessoas categorizam quase tudo a todos tempo, e nem sempre se são conta. Além disso, os métodos de categorização são a base da classificação para fins de recuperação da informação e também o substrato sobre o qual se constroem modelos para sistemas de informação.

Um único problema, várias explicações

Todas as vertentes que se apresentam tentam resolver o já mencionado “Problema dos universais”. De forma simples, esse problema pode ser descrito:

Como é possível existir uma cognição humana universal atuando sobre entidades que são individuais?

É intuitiva a percepção de que coisas individuais, que nos são mais familiares, são os objetos materiais. Essas coisas ocupam regiões do espaço com sua matéria e são identificáveis. Existem outros tipos de entidades como as imateriais, por exemplo, uma sombra. Contudo, interessa aqui a diferença entre o que é repetível – o *universal* – e o que não é repetível – o *particular* – justamente por ser individual.

Os particulares não sendo repetíveis, são únicos, por exemplo, Pelé é um indivíduo único, identificável no espaço-tempo: não existem dois ou mais “Pelés”. Por outro lado, os universais repetíveis, como o universal “pessoa” se repete em cada ser humano que existe. Dizemos que “Pelé” é um particular do universal “pessoa”.

Os universais são ditos multi-exemplificáveis pois têm capacidade de estar em mais de um local ao mesmo tempo. Por exemplo, o “gato Boris” e o “gato Tutu” são particulares distintos e por isso cada um deles pode estar em apenas um lugar em dado momento. Porém, a “cor verde” dos olhos dos dois gatos é um universal que pode estar em dois locais ao mesmo tempo, tanto em Tutu quanto em Boris.

O termo *instância* é um exemplo do tipo de entidade, ou seja, o particular instancia um universal e um universal é instanciado por particulares. Por exemplo, a cadeira em que você está sentado nesse momento é um particular “cadeira”, a qual é instância do universal “cadeira”. Universais também podem ser instâncias de outros universais, por

exemplo, a propriedade “ser verde” é uma instância (de segunda ordem) da instância “ser uma cor”.

Um **universal** corresponde ao conjunto de características, repetível e exemplificável, mas existe apenas quando instanciada em seu respectivo particular.

Um **particular** é uma entidade que habita a realidade, não é repetível e se mantém **instância** única de um universal. Cada particular mantém uma relação de instanciação com um universal e ocupa uma única localização no espaço tempo.

Universais são entidades abstratas que independem do que as pessoas pensam. Por exemplo, o fato de que “a Lua é esférica” é uma verdade que independe de crenças humanas. Particulares que pertencem ao mundo, por exemplo, “aquela maçã” e “esse tomate”, são vermelhos pois compartilham o “universal vermelhidão”.

Para resolver o Problema dos Universais, a orientação aristotélica acredita que a linguagem não é suficiente para conduzir análises para fins de categorização. Assim, questiona: como explicar que são os fatos do mundo – e não as convenções da linguagem – que tornam verdadeira a caracterização das entidades quando se vai categorizá-las?

Por outro lado, os anti-realistas, críticos da noção de universais, insistem que eles são desnecessários para resolver explicar a identidade das coisas, ou seja, o que faz com que uma coisa seja diferente da outra. Nessa controvérsia, varias correntes e teses metafísicas concorrem e três dessas correntes são brevemente explicadas no restante do texto: **realismo**, **nominalismo** e **conceitualismo**. Essas correntes, como já explicado, afetam diretamente os métodos usados para classificar e categorizar entidades.

A teoria do realismo

O termo *realismo* envolve a existência e a independência da mente. A questão da existência se refere à maneira como as entidades existem de acordo com fatos da realidade, por exemplo: “essa pedra é feita de granito”, “o Sol é quente”, etc. A questão da independência da mente envolve o fato de que “o Sol é quente” independe do que as pessoas pensam ou desejam. Universais são a explicação para a capacidade psicológica de reconhecer, agrupar e classificar particulares.

Tudo começou em Platão, para quem o conhecimento verdadeiro era imutável e, assim, não oriundo de objetos do dia a dia sujeitos à constantes mudanças. As coisas permanentes, as entidades abstratas universais, vinham do *Reino das Formas* que existia à parte do cotidiano. As pessoas recebem noções sobre coisas observando suas formas antes de nascer, todos no Reino das Formas.

Para Aristóteles, a teoria de Platão não explicava a influência do universal em particulares. Como isso é possível se as entidades habitam reinos distintos? Aristóteles usou bons argumentos para explicar a impossibilidade da teoria platônica. Para ele, universais não são entidades separadas da realidade, mas sim portadores de aspectos presentes nas particularidades de um tipo de coisa.

As versões gregas de realismo foram aceitas por longos períodos, mas estudiosos vêm apontando problemas. Uma contestação observa que existem mais diferenças entre as entidades da mesma categoria do que similaridades, o que torna difícil associar algo a um universal. Críticas sugerem que circunstâncias contextuais e contingentes deveriam também participar na distinção de categorias.

Qualquer solução para o Problema dos Universais que, em qualquer aspecto, seja diferente da solução universal-particular é identificada por *anti-realismo*. O tipo mais comum de anti-realismo é o *nominalismo*.

As teorias do nominalismo

Nominalistas advogam que o Problema dos Universais pode ser resolvido usando-se apenas particulares. A crítica nominalista sugere que similaridades nas características das entidades não são tão decisivas quando se está categorizando, como querem os realistas. A deficiência do realismo apontada pelos nominalistas é a sua incapacidade de explicar como podem existir entidades únicas as quais, ainda assim, são agrupadas por características gerais.

As primeiras teorias do nominalismo assumiram caráter linguístico e estabeleceram que o conhecimento começa com os particulares, pois é sobre eles que as pessoas fazem abstrações. Se “algo” em comum existe entre entidades, esse algo pode existir apenas na mente das pessoas e ser expresso via palavras. As objeções nominalistas levaram a três estratégias.

A primeira estratégia foi o *nominalismo de predicados*. Os particulares receberiam predicções (características) a partir de nomes atribuídos pela linguagem, por exemplo: dois particulares, o cão “Thor” e a gato “Boris” são caracterizados pela propriedade “é de cor preta”. A característica “é de cor preta”, porém, é apenas uma sequência de palavras para “Thor” e “Boris”, a qual poderia ser estendida para mais particulares. O nominalismo de predicados, porém, não diz nada sobre o “preto” em si, pois para algo ser preto basta que essa característica se aplique a um algo através de uma palavra. Os realistas, assim, revidaram com questões difíceis, questionando como explicar que uma característica se aplica a uns e não a outros particulares? O que nominalismo de predicados é capaz de dizer sobre os indivíduos em si, para explicar porque são de uma forma e não de outra?

A segunda estratégia é o *nominalismo de similaridades*, onde particulares se organizam em conjuntos (matemáticos) a partir de similaridade. As características comuns

são compartilhadas por indivíduos e por isso eles pertencem ao mesmo conjunto. Por exemplo, “tudo que tem coração, tem rim” e por isso um conjunto “tem coração” tem os mesmos membros do conjunto “tem rim”. O realistas também criticaram essa estratégia observando que não são criados dois conjuntos: o mesmo conjunto é construído duas vezes, pois os dois pretensos conjuntos têm os mesmos membros. A definição de conjunto diz que dois conjuntos que tem os mesmos membros são um só.

Por fim, surgiu a terceira estratégia, o *nominalismo de tropos*, sugerindo a criação de instâncias de uma propriedade chamada *tropo*. Por exemplo, “azul do céu” é um tropo, distinto do “azul do carro”, o qual é outro tropo. Assim, um carro é um conjunto de tropos: um tropo para “é de cor azul”, um tropo para “é feito de metal”, e assim por diante. O nominalismo de tropos tem dificuldades em explicar porque alguns tipos de tropos guardam similaridade entre si e outros não.

A teoria do conceitualismo

O *conceitualismo* remete à *Kant* em doutrina que conhecida como *Conceitualismo Categorical*. O filósofo explica que para apreender categorias seria necessário entender as categorias genéricas do esquema conceitual humano. As categorias, então, seriam impostas pela mente à coisas e não obtidas do mundo exterior como advoga o realismo.

O conceitualismo se articulou afirmando que, ao contrário dos nominalistas, um termo linguístico é passível de generalização apenas quando existe um conceito geral associado a ele. Essa primeira formulação sofreu críticas porque, se o significado de uma palavra é um conceito, esse conceito pertence a mente de uma pessoa: como alguém pode ter certeza de ter obtido o conceito “correto” ao apreender o significado de uma palavra? Como é impossível saber o que está na mente das pessoas, qualquer apelo ao significado para um conceito não pode ser verificado.

O *conceitualismo* explica o Problema dos Universais pelo compartilhamento de algo que indivíduos têm em comum, desde que esse algo não envolva universais. Por isso mesmo, são adotados *os conceitos*. Por exemplo, “Thor” e “Boris” tem a característica da cor preta porque o conceito “é preto” se aplica a esses particulares. O conceito “é preto” é genérico, mas não porque é um universal, mas sim porque particulares se conformam a ele.

O conceitualismo também sofre dificuldades: não explica o que fazer quando conceitos são aplicados de forma equivocada pelas pessoas e, assim, não podem ser generalizados. O fato de que o conceito “é preto” pode se aplicar a “Thor” e a “Boris”, mas não se aplica a gata “Jujuba”, leva aos mesmos problemas do nominalismo de predicados. Se a resposta para a essa questão é que “Thor” e “Boris” compartilham “é preto” e “Boris” não, retorna-se ao problema do realismo para explicar porque uma

característica única está em “Thor” e “Boris” ao mesmo tempo. Os problemas se mantêm os mesmos, apesar dos esforços conceitualistas.

Referências

ALMEIDA, M.B. Ontologia em Ciência da Informação: Teoria e Método. Curitiba: CRV, 2020, 377 p. Coleção Representação do Conhecimento em Ciência da Informação: Volume 1.

Esse material é gratuito, mas você pode ajudar na divulgação citando a fonte:

NCOR-BR. (2021). As teorias da ontologia. Caderno 5.
Disponível na internet em <<http://ncor-br.org>>